

Moretti *avant la lettre*: a leitura de *Os Lusíadas* por Borges de Figueiredo

Moretti Avant la Lettre: the Reading of Os Lusíadas by Borges de Figueiredo

Ricardo Namora

Universidade de Coimbra (UC) | Coimbra

CBR | PT

namora.ricardo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5526-8018>

Resumo: O texto concentrar-se-á na leitura e seriação levada a cabo por Borges de Figueiredo a partir do poema épico *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões. Discute-se a amplitude flexional que o autor atribui ao macro-conceito “geografia” e suas implicações, que antecipam um conjunto de perspetivas modernas a propósito daquela atividade – e aspiram a transformar categorias como “espaço”, “lugar”, “paisagem”, “itinerário” ou “deslocamento”, num elenco de potencialidades hermenêuticas de interação e conformação mútua, resgatando-as do seu sentido clássico enquanto elementos meramente disponíveis para apreciação e tradução simbólica. O estudo de Borges de Figueiredo (publicado em 1880) será assim descrito como instância de antecipação de uma noção de “geografia” que se vem a tornar plenamente operativa apenas no século XX, mediante um esforço radical de reordenamento do campo.

Palavras-chave: geografia; mapa; paisagem; cosmografia; itinerário.

Abstract: The text focuses on the reading and ranking undertaken by Borges de Figueiredo about the epic poem *The Lusiads* (published in 1572) by Luís de Camões. It discusses the inflectional range attributed by Borges de Figueiredo to the macro-concept “geography” and its corresponding implications, which anticipate a set of modern views on the latter activity – and aspire to transform categories such as “space”, “place”, “landscape”, “itinerary” or “displacement” into hermeneutic possibilities for interaction and mutual shaping, thus redeeming those categories from their classical sense as elements merely available to appreciation and sym-



bolic translation. Borges de Figueiredo's study (published in 1880) will thus be described as an instance of anticipation of a notion of "geography" which will only become fully operative in the 20th century, under a radical reordering of the scientific field.

Keywords: geography; map; landscape; cosmography; itinerary.

Num artigo publicado em 1978, o crítico literário Edward Davenport definiu a literatura, exemplarmente, como "um relato de acontecimentos em movimento" (Hernadi, 1978, p. 40).¹ Numa primeira análise, esta descrição levanta imediatamente o problema de se saber o que conta como "relato" e, sobretudo, o que conta como "acontecimentos em movimento". Acontecimentos, por um lado, não são bem pessoas (ou personagens) e, de muitas maneiras, sucessões de eventos – diz-nos o senso comum – possuem uma tradução literária muito particular, específica e discernível. Ainda antes disso, talvez, podemos produzir uma série de exemplos de coisas que se conformam àquela descrição e que não consideraríamos imediatamente como literatura. No entanto, e mesmo partindo do pressuposto de que o conjunto dos "relatos de acontecimentos em movimento" acolhe um número potencial de ocorrências "nãoliterárias" – o que quer que isso seja –, podemos presumir, pacificamente, que tal conjunto inclui *todas* as coisas "literárias". O que parece mais saliente, neste esclarecimento preambular, é a percepção (aparentemente clara) de que toda a literatura é, em maior ou menor grau, constituída por "acontecimentos em movimento", e por noções que seguem fatalmente dessa definição. Desde logo, existem geralmente: I) lugares, sítios e paisagens, *mais* pessoas que se deslocam dentro da narrativa, num espaço ficcional que é, também, físico e real (num sentido peculiar de "real"); II) distâncias e percursos entre pontos que, em tese, podem ser visualizados e, num sentido peculiar, medidos – por um lado; e, por outro, transformados em objetos simbólicos aos quais chamamos "mapas", e para os quais podemos apontar; III) figuras (uma ou várias) que relatam os acontecimentos; e, por fim, IV) pessoas como nós que se entretêm a ler e, por extensão, a interpretar, essas narrativas. A descrição preliminar de Davenport ajuda, por isso, a resgatar certos conceitos (não exclusivamente "literários", como se percebe) da sua robusta expressão maniqueísta comum, expressão essa que se liga à necessidade, universal, que o sujeito cognoscente sente para constituir catálogos de descrições nocionais comparativas e, em muitos casos, antinômicas. Essas noções são, é bom de ver, multimodais e flexíveis, embora qualquer repertório de escopo concetual tenha por objetivo precisamente o contrário: instâncias de fixação, arrumação e contraste são tidas (pelo senso comum) como decisivas para a construção de um edifício epistemológico minimamente manejável e, mais do que isso talvez, navegável.

Sítios, percursos, paisagens e pessoas não são, obviamente, exclusivos da literatura, mas objecto de estudo de outros *lugares críticos*, nos quais fazer sentido de nós mesmos enquanto seres humanos, nas nossas dimensões relacional e imersiva, parece ser o propósito central – tal acontece, por exemplo, na geografia. Há uma consideração crucial, no entanto, que parece aspirar a colocar geografia e literatura em dois pólos aparentemente inconcili-

¹ Optou-se por traduzir todas as citações de línguas que não o português, para comodidade do leitor.

áveis do universo especulativo: a presunção de que existe um módico de objetividade na primeira que está excluído, por definição, da segunda – talvez pelo facto de ser mais difícil cartografar lugares ficcionais do que lugares reais (pelo menos, a acreditar novamente no senso comum). Provavelmente, por isso, as tentativas de aproximação que têm sido levadas a cabo apontam mais no sentido de uma “geografia da literatura” do que de uma “narrativa da geografia”. Nesse contexto, e de um modo geral, a geografia, quando *aplicada* à literatura, parece reclamar um duplo movimento: primeiro, I) a fixação cartográfica da ficção numa versão de literatura *qua* mapa; e, depois, II) a complexificação desse mapa com o acrescento das linhas que denotam, simbolicamente, o conceito crucial de “itinerário”. O itinerário faz parte da literatura desde os seus primórdios, desde os poetas gregos às narrativas religiosas, passando pelas tradições orais pagãs, místicas e esotéricas. De muitas maneiras, o sentido de “deslocamento” é uma condição *sine qua non* da espécie humana que, pela sua natureza e implicações, se presta a um conjunto díspar de relatos descritivos, cuja potência significativa é universal. Narrativas (poéticas e prosaicas), relatos (mais ou menos objetivos, consoante a natureza e a finalidade), exposições, mitos ou fábulas são, por isso, locais de acolhimento de um conjunto de ocorrências nos quais os vários níveis do “deslocamento” se entrecrocaram e interligam, redefinindo-se a cada fricção.

Na sua obra de 1998 *Atlas of the European Novel—1800-1900*, Franco Moretti procede justamente a um exercício de rastreio dos locais e itinerários reproduzidos por um sólido elenco de romances europeus canónicos do século XIX. O estudo de Moretti, que talvez possa ser descrito como mais empírico do que teórico (o que em nada perturba a sua tremenda ambição interdisciplinar), faz uso de mapas de países ou regiões, mapas transatlânticos e mapas de cidades, na tentativa de fixar os pontos de partida, os movimentos, as localizações e os destinos das personagens criadas por Jane Austen, Dickens ou Balzac. Apontar coisas num mapa parece assim, no argumento de Moretti, produzir uma instância de circunscrição que impende sobre um conjunto de lugares e deslocações que, de outro modo, seriam intratáveis num livro de apenas duzentas páginas. Em Moretti, o mapeamento representa, por um peculiar processo de extensão simbólica, um conjunto histórico e substantivo de relações convergentes: romance e Estado-Nação; romance e capitalismo; romance e colonialismo; romance e tradição; romance e comércio (na sua versão de compras-e-vendas). Tudo isto faz do mapa, parcialmente, uma alavanca denotativa para fenómenos gerais de instanciação histórica e social, que não parecem poder furtar-se a uma dinâmica ambivalente. O que, parece claro, contribui para re-espacializar o próprio conceito, que passa a incluir uma sobrecamada assente em possibilidades de percurso e diástase e que, dentro do perpétuo vaivém intersticial a que se aludiu acima, interage com um objeto simbólico tipicamente autocontido e autoevidente: o mapa.

O recurso ao mapa, enquanto “ferramenta intelectual”, é decisivo para a estabilidade do argumento geral de Moretti. Se, por um lado, ele é uma instância simbólica de transformação da realidade num constructo autoevidente e interpretável, por outro ele assenta o seu *modus operandi* numa espécie de possibilidade transsignificativa que permite, precisamente, a sua “adaptação” a *lugares* ficcionais. Isto acontece porque o mapa, mais do que uma conformação figurativa e funcional, representa afinal um apetrecho instável, a partir do qual se geram interrogações e se reafirma a necessidade de afinações metodológicas pontuais. De acordo com Moretti,

[...] a distinção entre os dois espaços não afeta o método de pesquisa, que é o mesmo em toda a parte, e que se baseia no uso sistemático dos mapas. De mapas, quero dizer, não enquanto metáforas, e ainda menos como ornamentos do discurso, mas como ferramentas analíticas: que dissecam o texto de um modo invulgar, trazendo à luz relações que de outra maneira permaneceriam ocultas. Um bom mapa vale mil palavras, segundo dizem os cartógrafos, e eles têm razão: porque ele *produz* mil palavras: levanta dúvidas, ideias. Coloca novas questões, forçando-nos a procurar novas respostas (Moretti, 1999, p. 3-4; *itálico no original*).

Os espaços, aqui, são o espaço objetivo do mapa e o espaço subjetivo da narrativa ficcional do romance – como talvez o senso comum pudesse ter dito. Moretti, no entanto, perfaz um curioso e instigante movimento de duplicação dessa cesura quase universal: de um lado, ele concretiza uma indistinção deliberada entre as fronteiras do mapa geográfico e do mapa romanesco; e, em seguida, faz equivaler as potencialidades significantes do mapa às potencialidades significantes que existem no romance – e, em especial, num elenco importante de romances canônicos da literatura ocidental publicados entre 1800 e 1900. A cartografia é descrita “em potência”, e não como um ato de tradução definitivo que, talvez por essa circunstância, dá origem a uma valoração subsequente (o mapa, quando aduzido à narrativa, gera *valor*). O interesse literário e geográfico de um tal exercício é profundo: a expansão radical dos conceitos, cujas possibilidades futuras são auto-confirmadas, permite uma espécie de metarrelocação das operações. Um banquete familiar em vez de uma simples refeição a dois.

É bastante interessante que um crítico literário se tenha proposto a mapear, de modo graficamente explícito, a aparente indeterminação constitutiva da linguagem ficcional. Mas, é precisamente neste ponto que temos de fazer uma distinção importante. Moretti usa o objecto *mapa* de um modo, se quisermos, teoricamente desterritorializado e não ontológico – numa palavra, não é apenas o mapa, mas a acumulação de mapas, que lhe permite circunscrever um conjunto considerável de romances publicados ao longo dos séculos que, justamente, produziu o triunfo definitivo do modelo compositivo a que chamamos “romance”. Moretti não se serve do mapa como um sítio sobre o qual se podem vincular coisas, mas antes como um objecto que funciona enquanto ferramenta de interpretação de percursos ficcionais cuja apreensão não se define pelo lugar em si, mas antes pelo modo como lugares e viagens eram entendidos no século XIX (uma circunstância que se tornará importante mais à frente, quando analisarmos o estudo de Borges de Figueiredo sobre *Os Lusíadas*).

Deste modo, aquilo que, à primeira vista, poderia ser considerado como uma tentativa de objectificar a literatura, passa, através de um processo particular de ramificação, a ser visto como o acréscimo de uma ferramenta hermenêutica. No fim de contas, Moretti parece partir do pressuposto de que a indeterminação que vulgarmente se associa à ficção literária pode, igualmente, ser encontrada noutras paisagens críticas tipicamente insuspeitas. A injunção é clara: vivemos rodeados de ficções, e mesmo os utensílios que fabricamos para minimizar (ou expandir?) a nossa relação com coisas no mundo são, em última análise, ficcionais. Por isso, talvez, necessitamos redescrever a nossa relação com a realidade e perceber, se tal for possível, de que modo o trânsito entre ser e mundo se estabelece, se refaz e se adapta, efetivando um sentido de “itinerário” perpétuo que é importantíssimo – porque permite que a viagem faça uso de muitas escalas e de muito poucos destinos.

Num artigo intitulado, seguramente não por acaso, “Nature”, publicado em 1836, Ralph Waldo Emerson fala da experiência de observação da natureza selvagem nos seguin-

tes termos: “transformo-me num globo ocular transparente. [n]ão sou nada. [v]ejo tudo” (Emerson, 1836, p. 10-11).² Talvez seja este desejo improvável que autoriza a necessidade universal de se vincularem os sujeitos à realidade empírica. Não somos globos oculares transparentes, e esta imperfeição, que é anatômica e impende sobre a transitoriedade constitutiva do mundo, parece ter como consequência fatal uma medida de desconforto epistemológico e, igualmente, operativo e empírico. A solução para ultrapassar este impasse foi, durante bastante tempo, a de conferir a certas categorias do mundo real um módico ontológico, que permitisse aos sujeitos perceberem o *concreto* como se este se pudesse, subitamente, tornar numa categoria irreduzível. Deste modo, e se quiséssemos aplicar este argumento a coisas que nos são familiares, talvez noções de “paisagem”, “lugar”, “ponto de vista”, “sujeito” e “narrativa” se pudessem acomodar umas às outras de modo menos conflitual, menos categórico, em suma, mais fluido. Existem, de resto, argumentos filosóficos de longo curso, segundo os quais são justamente as insuperáveis lacunas anatômicas, precetivas e simbólicas que formatam a realidade e possibilitam a nossa interação com ela. Trata-se, como se percebe, de um problema filosófico de raízes ancestrais, que se repercute na ideia própria de conhecimento. E que é crucial para uma certa ideia de “paisagem” (e do modo como se “chega” a ela) enquanto latência ontológica, quinta-essência da possibilidade descritiva do mundo “lá fora”. Aliás, a história da negociação epistemológica da espécie humana com o mundo em sua volta é, parcialmente, uma história de “fronteira” *versus* “viagem” – uma antinomia que se desenvolve em vários contextos e de diversas formas. De um ponto de vista tanto empírico quanto teórico, a tradição mais influente parece ter sido a primeira (de Kant, sobretudo, mas também de Fichte e Schopenhauer, entre outros).

Acontece que, por uma particular teimosia gnoseológica, ainda existem pessoas que acreditam que a tradução significativa do mundo possui um resíduo de indeterminação que, longe de ser entendido como uma limitação da percepção, serve como ponto arquimediano para promover uma gestão intersubjectiva do espaço cognoscível. A decisão metodológica (antecipada ou *in medias res*) parece ser, deste ponto de vista, entre “ideias geográficas científicas” e “não-científicas”, para aplicar uma distinção de John K. Wright. Ser científico é, do seu ponto de vista, ser um praticante ou um especialista. Contrariamente, a geografia “não-científica” é a que se encontra fora do espectro profissional, em livros e revistas de viagens (neste caso, haveria então não uma “geografia”, mas pelo menos duas). Wright descobre, para sua grande surpresa, que existem muitos homens de letras (traduzindo, escritores) nos quais o “sentido geográfico” parece encontrar-se altamente desenvolvido (é o caso de Kipling, por exemplo). Ou, dito de outro modo, que há autores, escritores e, no limite, poetas, que possuem um sentido paisagístico (aqui entendido de forma amplificada, incluindo-se nele o espaço, os lugares, os cenários e os deslocamentos), ou, pelo menos, uma capacidade de “tradução” desse sentido que os aproxima dos praticantes profissionais do ofício. Ora, se existem não-profissionais cujo “sentido geográfico” parece ser tão bom como o dos especialistas, isto quererá talvez dizer que não são as ideias nem as pessoas os “hábitos que fazem o monge”,

² O ensaio é crucial para a consumação teórica definitiva do “transcendentalismo”, que surgiu na América das primeiras décadas do século XIX, muito por influência de Kant. Apesar de heterogêneo (tanto em termos teóricos como práticos), o movimento defende de modo geral a individualidade e o solipsismo, uma divisão profícuca entre a dimensão espiritual e material dos fenómenos, a autoaprendizagem e uma rejeição mais ou menos radical das formas organizadas da sociedade – além de, e este é o ponto que mais interessa aqui, uma comunhão espiritual não mediada entre pessoas e a natureza.

mas antes os sítios onde essas discussões ocorrem e os sítios onde certas ideias são publicadas.³ Esta distinção demonstra amplamente que a tentativa de exonerar o elemento subjetivo da nossa apropriação epistemológica da realidade assenta numa retórica nebulosa cujos propósitos são, muitas vezes, traídos pelas premissas. No fundo, que a objetividade descritiva é um logro epistemológico que, como se torna óbvio, se situa nos antípodas da quimera transcendentalista de Emerson e seus pares. Tal perpetiva coloca-se assim em oposição ao fundacionalismo hermenêutico, escorado no conceito *kantiano* de “ding an sich” (a coisa-em-si) e na distinção entre “noumena” e “phenomena”, uma tese que produziu um lastro histórico muito importante em contexto filosófico e que foi historicamente hegemónica, epitomizando enfaticamente a antinomia “sujeito”/“objeto”.

De acordo com David Hey, este esforço de transformação da demanda pelo conhecimento numa espécie de oposição binária, em que um dos pólos da equação só sobrevive mediante a exclusão do outro, é o grande equívoco que impossibilita aquilo a que se refere amiúde como um “ponto de vista activo sobre a humanidade” – e que engloba uma dimensão imersiva e relacional entre seres e o mundo.⁴ Ter um ponto de vista activo sobre a humanidade, e as categorias que compõem o mundo em que vivemos, tem muito a ver com o “sentido geográfico” de que fala Wright – uma capacidade particular para transformar a realidade numa narrativa com ideias. Narrativas com ideias que são, por definição, coisas que resultam da ativação de um elemento de juízo pessoal na selecção dos conteúdos (para recuperar uma ideia de Carl O. Sauer) –, algo que serve para descrever a viagem de Teodorico Raposo n’ *A relíquia* de Eça de Queirós, a rua onde vivo ou a Serra da Estrela.⁵ Num sentido importante, porém, descrever a viagem ficcional de Eça parece ser, de muitas formas, menos problemático do que descrever a minha rua, e ainda mais fácil do que descrever a Serra da Estrela.

Isso acontece porque, de acordo com John B. Jackson, a paisagem coloca um problema narrativo que impende de modo forte na autoidentidade da sua descrição. Segundo ele, precisamos de encontrar uma nova definição para a paisagem – e, por extensão, para a nossa relação com o espaço –, uma vez que a definição disponível (a que encontramos na maioria dos dicionários) tem mais de trezentos anos e foi feita à medida dos artistas – neste caso, dos artistas visuais e pictóricos.⁶ Ora, se I) o que conta como “sentido geográfico” parece ser a capa-

³ O contexto, neste caso, é o da monumental resenha que Wright publica sobre a história da Sociedade Geográfica Americana (fundada em 1851). Wright (1891-1969), que foi Diretor da organização de 1938 a 1949, produz nessa obra uma série muito substancial de interrogações a propósito da natureza e implicações teóricas e nocionais da “geografia” (e de uma série de conceitos conexos) – numa perspetiva ampla, globalizante e histórica –, dentro da baliza temporal escolhida (1851-1951), que compreende o período de atividade da A.G.S.

⁴ Hey (1938-2016), em primeira instância um historiador, aplica este princípio a uma série de estudos genealógicos circunscritos a regiões particulares da Inglaterra (sobretudo o Yorkshire), descrevendo as dinâmicas históricas do povoamento (ver, a este propósito, sobretudo o seu *Family History and Local History in England*, publicado em 1987).

⁵ Particularmente visíveis nos seus ensaios de referência “The Morphology of Landscape”, de 1925 (sobretudo), e “Foreword to Historical Geography”, de 1941. Sauer (1889-1975) foi o grande teorizador americano da fenomenologia da paisagem.

⁶ Nos seus inúmeros estudos sobre a paisagem (sobretudo nos anos 1970 e 1980), John Brinckerhoff Jackson (1909-1996) defendeu consistentemente que o espaço não era “dado” (à descrição, à contemplação e à tradução simbólica), mas antes ativamente construído – na sua natureza e essência – pela presença humana nas suas múltiplas atividades. Isto supõe, é bom de ver, uma reformulação profunda da relação da espécie humana com a realidade envolvente, de um estado de latência traduzível para um outro, diferente, de recomposição autoidentitária mútua – e mutuamente influenciável.

cidade de transformar paisagens em narrativas; II) esse processo beneficia de um elemento pessoal de selecção (como acontece em todas as narrativas); e III) as definições disponíveis de paisagem parecem servir mais aos pintores do que aos escritores, isto talvez queira dizer que um olhar moderno sobre a “paisagem” não pode fazer-se senão através de uma reconfiguração do campo. Esta necessidade, no entanto, tem ainda muito a ver com as condições de verdade que são atribuídas às coisas que se podem dizer sobre uma paisagem, ou seja, ao modo como se constrói a nossa negociação epistemológica com o mundo e a realidade visual. Se considerarmos esse “mundo que nos rodeia” como uma entidade ontológica, irreduzível e intransitiva, parece claro que o projecto de encontrar uma definição mais adequada de “paisagem” sofre constrangimentos óbvios. Porém, se considerarmos a paisagem não como um elemento auto-contido e autojustificado, mas antes como uma categoria cujas ocorrências estão disponíveis para um tratamento narrativo, então essa definição será, pelo menos em teoria, viável.

Num texto publicado em 1994, W.J.T. Mitchell chama a atenção para o carácter indeterminado do constructo “paisagem”, pela constatação trivial de que, quando encontramos um exemplo daquela, dizermos “olha-me esta vista” e não “olha-me aquela montanha” (Mitchell, 2002, p.VII). Neste sentido, a paisagem é indeterminada por ser uma colecção compósita de lugares e aspetos que, mais do que perfazerem um todo aparentemente observável e estático, antes incitam no observador um posicionamento dinâmico, uma vez que, segundo Mitchell, ela força-nos a um “recoo literal” – recoo esse que se torna na condição que permite “ignorar-mos todos os particulares em favor da apreciação de uma completa *gestalt*” (Mitchell, 2002, p.VII). Existe, para além disto, um nível suplementar de indecisão, que Mitchell acrescenta ao fazer corresponder a categorias como “espaço” e “lugar” uma forma de indeterminação linguística. Deste modo, “espaço, lugar e paisagem”, enquanto categorias incompletas e parciais, só se podem conciliar através daquilo a que Mitchell chama uma “tríade dialéctica”, sob a qual a paisagem não pode deixar de ser vista como um “meio cultural” (Mitchell, 2002, p.X).

Algumas destas ideias são recuperadas por Tim Cresswell, no seu influente livro de 2004, *Place—A Short Introduction*, em que, por exemplo, a noção de “lugar” como um “acontecimento”, transitivo e fragmentário, volta a colocar em causa aquilo que o autor descreve como a “coisa ontológica”. Locais, para Cresswell, são “localizações significantes”, ou seja, pontos no espaço que reclamam uma hermenêutica espaço-temporal particular (Cresswell, 2004, p. 1-14). Lugares, tal como poemas, são construções humanas, e vale a pena, neste ponto, recuperar o argumentoclássico do crítico literário Stanley Fish, segundo o qual “todos os objetos são construídos, não encontrados, e são construídos pelas estratégias interpretativas que colocamos em ação” (Fish, 1980, p. 331). Poemas e lugares adquirem assim, e mediante observação, um duplo nível de corporeidade: I) uma materialidade específica reconhecível; e II) um elenco de significados potencialmente atribuíveis, associados às capacidades que são elementares para a condição de “ser no mundo”. A transversalidade constitutiva das operações de interpretação é, assim, vista como um ponto positivo e, para além disso, de certa forma irreduzível, inegociável e tendencialmente universal.

Pelo menos em teoria, essa constatação ajuda a matizar fronteiras disciplinares e hermenêuticas, e a fazer sentido de uma eventual interpretação cartográfica da literatura, na aceção de Moretti que, na sua qualidade mais evidente de crítico literário imperfeito e parcial, resumiu e encapsulou esse desejo (diferido e indireto) de mapeamento da ficção. Esse desejo, que se derrama em Joyce, depois em Borges e tantos outros, e que ao qual foi dada uma feição moderna pelo *input* instrumental fornecido pela revolução tecnológica (cujas fer-

ramentas tornaram ainda mais realizável a vontade de transformar sítios em livros em sítios em mapas) é, para além de um desejo antigo, um desejo concretizado – e antecipado – em diversas latitudes. Um exemplo maior disto é o – quase anónimo e pouco estudado – esforço de um multifacetado autor português do século XIX para traçar (com exatidão reverencial) o mapa do grande épico nacional, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.⁷ A exatidão antecipada é, de resto, função de uma espécie de *continuum* intelectual que conecta autor e recensor a um mesmo objeto espectral e, ao mesmo tempo, localizável e disponível para análise. Pois

Os factos são por elle narrados com precisão e critica; a mythologia maneada com fino tacto; na flora e mesmo na fauna das diversas regiões não emprega um só epitheto que não seja o característico da planta ou do animal; ao lermos uma descrição d'uma tempestade, d'uma tromba, parece-nos assistir ao próprio espectáculo; na cosmographia apresenta-nos o systema geralmente aceito de seus dias; na geographia physica, como que estende ante nossos olhos o mappa-mundi de Ortelius, ou desenvolve o planispherio de Mercator (Borges de Figueiredo, 1883, p. 2).

Ora, é justamente neste tipo de proposições introdutórias que podemos traçar o rumo de Borges de Figueiredo no seu afã descritivo a propósito do afã igualmente descritivo “do Camões”. O que importa, desde logo, é inquestionavelmente o módico de precisão – já mencionado acima – que preside à aplicação prática e narrativa do conhecimento enciclopédico antecedente do criador da epopeia. Camões movimenta-se por planos epistemológicos diferentes, e desiguais: conhece em profundidade o teatro mitológico de marionetas que a cultura europeia havia herdado de forma transversal; descreve bichos, plantas e fenómenos atmosféricos com tal mestria que (essa é a injeção subliminar) quase *força* os leitores a imaginarem-se “lá”; domina explicitamente a cosmografia (aquela outra que descreve já não uma orquestra de divindades, mas antes uma série de relações cósmicas definidas); e, por fim, no campo da geografia física, consegue reencenar as paisagens naturais e a superfície do globo com uma competência afim da dos eméritos contemporâneos Ortelius e Mercator. Embora se perceba, no contexto específico desta última subcamada, que o campo de estudos é denotado (pelo menos em parte) pelo “mapa ilustrado” de contexto colonial, tão requisitado, e popularizado, no século XVI.⁸

⁷ A.C. Borges de Figueiredo terá vivido entre 1851 (ou 1855) e 1890. Foi membro, sócio e colaborador da Sociedade de Geografia de Lisboa, cujo presidente à época, Pinheiro Chagas (político e escritor, 1842-1895), emitiu um parecer positivo – e bastante elogioso – em relação à publicação do livro (o Oficial da Secretaria da Academia Real das Ciências, que endossou entusiasticamente a edição da obra, era na altura Ramalho Ortigão, autor e crítico literário, 1836-1915). É de crer que tenha havido duas edições inaugurais de *A geographia dos Lusíadas*, sendo que a preliminar foi acompanhada de mapas, sobretudo da Europa e do Mediterrâneo (a primeira foi dada à estampa em 1880; a segunda é de 1883). Esses mapas são referidos por Sebastião Tavares de Pinho na sua obra de 2007 *Decalogia camoniana*. Agradeço à Dra. Helena Grego, da Sociedade de Geografia de Lisboa, todas as informações prestadas a propósito quer do autor quer da obra em questão; e aos Professores José Carlos Seabra Pereira e José Augusto Cardoso Bernardes, pelos mesmos motivos.

⁸ Uma protociência desde a Antiguidade (por influência sobretudo do *Almagesto* de Ptolomeu), a cosmografia desenvolveu-se bastante no século de Camões, essencialmente pelo impacto da obra *Breve compendio de la esfera y del arte de navegar* (1551) de Martín Cortés de Albácar, publicada em Saragoça. Também a geografia física sofreu um impulso considerável no século XVI, através da criação do primeiro atlas moderno (o *Theatrum Orbis Terrarum*) por Abraham Ortelius (1527-1598) em 1570, e da disseminação à escala europeia do mapa do planetade Gerardus Mercator (1512-1594), surgido um ano antes e muito concentrado na relação entre os astros e as correntes marítimas, um elo fundamental numa época de viagens, e descobertas de territórios até então desconhecidos.

A precisão, o engenho, a capacidade descritiva e o conhecimento enciclopédico são, entende-se, sintetizados na figura de Camões e no poema épico que o designa, uma vez que o universalismo era a premissa mais evidente da sua longa, e influente, carreira literária. Pontualmente, no entanto, Camões é redescrito por Borges de Figueiredo na sua acepção meta-histórica de poeta-narrador-metonímia de um país, “pois que o teatro dos *feitos da famosa gente* [...] não se limitava a uma região, nem mesmo a um hemispherio: esse teatro era o mundo” (Borges de Figueiredo, 1883, p. 9; itálicos no original) – um mundo que apenas um autor universal e transcendente teria capacidade de circunscrever. Borges de Figueiredo é, claro está, um admirador explícito do poeta quinhentista. Apesar disso, contudo, o seu estudo não é apologético ou encomiástico. De muitas maneiras, aliás, ele é capaz – algo assinalável para a época, e tendo em conta os recursos disponíveis – de aplicar ao poema épico de Camões um meticoloso exercício de *close reading* muito perspicaz e coerente, aplicando a sua análise a um conjunto substancial de pontos-lugares e trajetos. Além disso, ele compreende de forma pacífica que, se *Os Lusíadas* são um repositório do “mundo” tal como ele era conhecido – e descrito – no século XVI, o seu estudo teria forçosamente de espelhar o universalismo de um novo conceito de “viagem”; as transformações epistemológicas do tempo; e a fricção inevitável do homem ocidental com uma realidade geográfica que quadruplicara em cem ou cento e cinquenta anos.

A arquitetura interior do estudo confirma, de modo expansional, as firmes divisões disciplinares aludidas nos dois parágrafos anteriores. Assim, a concatenação dos próprios capítulos ou secções reflete, exemplarmente, a sequência cumulativa entrevista por Borges de Figueiredo a propósito da obra maior de Camões: primeiro, surge o “horizonte geographico” da época; depois, o “systema cosmographico”; a seguir, a “geographia política e physico-histórica” da epopeia; e, por fim, o tratamento dado pelo poeta à “geographia ethnographica e económica”, e o “itinerário de Vasco da Gama”. A inunção é clara: o excuro pelos subgêneros produz fatalmente uma reordenação do campo que, por sua vez, tem de ser reajustado de forma holística. Ou seja, Borges de Figueiredo (como Moretti cem anos depois) perfaz um movimento típico em contexto descritivo e crítico, aplicando-o a Camões: constrói um contexto geral e amplificado (que é historicamente ativado), para depois proceder a uma série de subdivisões disciplinares que projeta sobre *Os Lusíadas* (e, neste caso, sobre *Os Lusíadas* enquanto interpretação dos fenómenos e do mundo físico cognoscível); para, em última instância, rematar com o regresso a um exercício de geografia *qua* cartografia, que triplica a própria noção de “itinerário” – a ponto de nela incluir o de Vasco da Gama, o de Camões e o seu próprio.

Os conceitos de “espaço” e “lugar”, a que acresce esta categoria em potência de “movimento em trânsito” são, afinal, os que permitem reenquadrar o épico nacional numa perspetiva que transcende e, ao mesmo tempo, amplifica, considerações de ordem histórica, literária ou poética. Pois “[h]avendo-se tanto escripto ácerca do Camões e dos «Lusíadas» [...] não appareceu obra especial que considerasse o magnifico poema e o altissimo poeta sob o poncto de vista geographico.” (Borges de Figueiredo, 1883, p. VII). Um ponto de vista que, pela sua aturada minúcia e dimensão, autoriza o autor a colocar no fim do estudo um catálogo – “Nomes Geographicos dos «Lusíadas»” (Borges de Figueiredo, 1883, p. 55-61) – com nada menos de 487 entradas.⁹

⁹ Em relação a esse arrazoado de “nomes”, o autor só admite dúvidas ou hesitações em relação a quatro ocorrências: “Bipur (Visaspor?), X, 14”; “Gueos (Ke-Moys?), X, 126” – presumindo-se aqui que os “nomes geographicos” incluem também designações de povos ou tribos; “Nabatheios montes (?)” – uma instância em que, e ao contrário do que sucede nas outras três, Borges de Figueiredo expressa dúvidas em relação ao próprio designativo

Como se viu acima, a descrição do “horizonte geographico” d’Os *Lusíadas* é alavancada por uma expansão epistemológica que é tanto espacial quanto histórica, e o mesmo vale, *mutatis mutandis*, para o “systema cosmographico” que envolve o poema épico e que é, também, função de escolhas deliberadas e intencionais – de opções que, inevitavelmente, espelham de forma paradigmática o conhecimento disponível:

Sendo tão vastos os conhecimentos do Camões, e tão seguro e profundo o seu espírito, não é provável que elle deixasse de acompanhar n’algum ramo o movimento scientifico do seu tempo, quando não profundando-o, ao menos estudando-lhe as generalidades. E por isso, à primeira vista, parece que elle se afferrou muito á cosmografia de Ptolemeu, desprezando a de Coperniko (Borges de Figueiredo, 1883, p. 11).¹⁰

E prossegue, enumerando a rede de supostas influências sobre Camões de Archytas de Taranto (conhecido sobretudo por ter sido um estratega militar), Hycetas de Siracusa (tirano daquela cidade e militar de sucesso, embora por um período comparativamente curto), Aristarco de Samos (famoso como matemático e astrónomo) e Hiparco de Niceia (dotado cartógrafo) – entre os antigos; e, entre os modernos, sobretudo Nicolau de Cusa (para o efeito, na sua versão enquanto astrónomo e crítico textual). O impulso gnoseológico é tremendo. Envolve, em rigor, todo um movimento filosófico e crítico que aspira a reposicionar as condições do conhecimento – e, conseqüentemente, da espécie –, através de uma síntese produtiva, entre várias camadas históricas e concetuais, que só se torna possível após um corte epistemológico violento e radical. O Renascimento é, pois, um processo longo e demorado de reconstrução – dentro do qual “o Camões” se movimenta com amplitude, certeza e um talento narrativo excecional.¹¹

É também isto que lhe permite, na leitura de Borges de Figueiredo, projetar n’Os *Lusíadas* uma ramificação artificial que, apesar disso, ajuda a recolar especulação e evidência empírica. A geografia excede o mapa e se, aqui e ali, a carta simbólica que se estende sobre a mesa é o reduto final da vinculação entre pessoas e pessoas, e pessoas e espaço, não é menos verdade que a extrapolação material – numa palavra, a adição de uma factualidade humana (política, institucional e histórica) – permite parcialmente refundar as firmes premissas da cartografia no sentido de uma ampla “renascença” disciplinar. No caso particular de *Os Lusíadas*, essa transformação – na leitura de Borges de Figueiredo – é denotada exemplarmente pela “narração de Vasco da Gama ao rei de Melinde, e na admiravel exposição feita por Tethys no canto decimo” (Borges de Figueiredo, 1883, p. 19). Trata-se, então, de uma construção cumula-

(trata-se de, fato, de um acidente geográfico situado no norte da Península Arábica); e, por fim, “Trioia (Bunan-Bachi?), III, 7”. Na enumeração, o número romano corresponde ao “Canto” e os números decimais aos “Versos”.

¹⁰ Além do *Almagesto*, Ptolomeu, que viveu no século II, fez publicar um famoso tratado de geografia (de feição cartográfica) e um tratado astrológico, o *Tetrabiblos*. A mundivisão criada pela forte influência das obras ptolomaicas durou cerca de doze a treze séculos – e veio a ser contestada apenas nos meados do século XVI pela obra maior de Nicolau Copérnico (1473-1543), *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, publicada em 1543, na qual se propõe uma teoria heliocêntrica do universo em alternativa ao consensual modelo geocêntrico (as teses de Copérnico só viriam a ser provadas no século XVIII).

¹¹ Embora não seja completamente certo, é provável que Luís de Camões tenha frequentado aulas na Universidade de Coimbra, onde um seu familiar tinha responsabilidades administrativas e pedagógicas. Também possuía, para além disto, um lado autodidata muito pronunciado, que lhe conferiu o conhecimento enciclopédico que demonstra amplamente na sua poesia, tanto na épica como na lírica, onde demonstra grande conhecimento das tendências compositivas da época, da geografia local, da mitologia amorosa da Antiguidade e das possibilidades poéticas das descrições telúricas.

tiva, através da qual o espaço é investido de qualidades e características que – embora reduzidas ao escopo do ente que descreve – parecem ter a capacidade de corporizar, ou substanciar, esse mesmo espaço. Europa, Mediterrâneo, África, América, Médio Oriente, Ásia, tudo isto cabe (em expansão narrativa) no épico de Camões que é, bem entendido, um poema também “em trânsito”. A “transcontinentalidade” das novas descrições do mundo a tal obriga: os séculos XV e XVI produzem uma reconfiguração do espaço e dos fluxos de tal modo radical que talvez só mesmo a poesia (nesse misto de mapa e ficção d’*Os Lusíadas*) pudesse apaziguar o contato rugoso e imperfeito com essa nova mundivisão.

De modo particularmente instigante, a “geographia ethnographica e económica” possui uma feição vincadamente diversa: em certa medida, depende de um ponto de vista, de um tratamento, ou, se quisermos, de juízos que não podem ser senão interpretativos – daí a ênfase sobre o modo “como Camões tratou” o mundo, na sua aceção antropológica, étnica, cultural e, claro, dentro da sua dinâmica mercantil:

Como Homero, o Camões percorreu uma grandissima parte dos logares que descreve ou a que simplesmente se refere; mais ainda d’aquelles que não visitou, nos dá seguras notícias. Tudo n’elle nos mostra o mais profundo saber alliado á mais subida inspiração: a precisão nas minuciosidades, o methodo na ordenação, a justeza e o rigor nos epithetos; competindo até n’este ultimo predicado com o velho poeta grego (Borges de Figueiredo, 1883, p. 31-32).

É então a exatidão (e o talento) que permite a Camões produzir uma espécie de presença *gumbrechtiana*, vinculando de modo preciso sítios, coisas e pessoas (ou grupos de pessoas) a nomes – ou descrições – de sítios, coisas e pessoas (ou grupos de pessoas). Essa dinâmica hermenêutica, ativada por epítetos e descrições sumárias é, por sua vez, acrescida da interpretação de Borges de Figueiredo, tanto laudatória como trans-histórica – ela é de tal modo criteriosa e precisa que se torna numa poderosa alavanca de conhecimento, seja ele direto ou diferido. É o método filosófico e compositivo que permite a Camões expandir constantemente a cartografia, transformando-a numa geografia abrangente e multimodal dentro da qual faz sentido descreverem-se sítios tão díspares, exóticos e longínquos como Argos, Corinto, Pylos, Iolchos, Dodona, Ithome, Tyrintho, Hypothebas, Nissa, Onkhestes, Arethura, Cleone, Helos, Antrona, Messé, Orkhomenes, Orixá, Bengala, Malaca, Cambaya, Goa, Diu e Ormuz, Arzila, Quilôa, Nápoles, Lappia e a “inculta Noruega” (Borges de Figueiredo, 1883, p. 33), para além de, entre outras, as portuguesas Arronches, Abrantes, Santarem, Cesimbra ou Lisboa.

Camões é o irredutível polímata cujo termo de comparação é nada menos do que Homero, e o poeta que possui capacidade – também ela irredutível – para manejar uma ampla grelha descritiva de modo ao mesmo tempo paracientífico, geográfico e poético. Essa grelha projeta-se em vários sentidos, desde a etnografia – Camões “caracterisa os povos, indicando a sua índole, seus costumes ou suas qualidades *physicas*” (Borges de Figueiredo, 1883, p. 33) – à geologia; passando pela biologia e pela botânica, algo que “bastaria para nos atestar a finura extraordinária do seu espirito e a sua vastíssima erudição” (Borges de Figueiredo, 1883, p. 34).¹² Mas se, por um lado, essa grelha é expandida no seu sentido geográfico mais amplo e abran-

¹² A botânica é, neste contexto, conectada sobretudo à economia e ao valor de troca dos produtos obtidos diretamente, ou mediante transformação, da natureza. Matérias-primas como a canela, a noz moscada ou o pau-brasil são elencadas por Borges de Figueiredo – entre outras – como exemplos da capacidade de Camões para

gente nos capítulos aos quais se fez referência, ela parece, de certo modo, ser *reduzida* ao seu sentido mais estrito de “roteiro” quando aplicada ao último capítulo do estudo de Borges de Figueiredo, “O itinerário de Vasco da Gama”. Apesar de um excuro (que é lateral, mas imensamente substantivo) pela “parte meteorológica”, na qual Camões coloca “ante nossos olhos um dos mais grandiosos espectáculos que os phenomenos atmosphericos nos podem apresentar” (Borges de Figueiredo, 1883, p. 46), o ónus epistemológico da última secção do estudo parece emergir de uma versão robusta de história – e que se sobrepõe, em última análise, à própria geografia. A cartografia em movimento da viagem de Vasco da Gama é, então, colocada sobre os carris de uma narrativa oficial de autolegitimação, escorada em dados e factos duplamente objetivos. É apenas quando surge uma profunda dúvida hermenêutica que Borges de Figueiredo retoma o seu afã interpretativo, sinalizando uma questão de fundo de aspeto ao mesmo tempo filológico, literário e filosófico:

Da leitura do formoso episodio resulta ficar o nosso espirito perplexo sobre se o Camões quiz ou não identificar a *ilha de Venus, dos amores, ou dos namorados* (que por todos estes nomes a podemos designar), com alguma ilha real, e ainda se a deusa do amor a levava pelas ondas do Oceano Índico, se pelas do Atlantico (Borges de Figueiredo, 1883, p. 49; itálicos no original).

Parece então que, no fim de contas, a perplexidade maior surge quando a ficcionalidade interpela a cartografia, obrigando a um esforço extra de relocalização que não pode ser senão especulativo. Pois se as charnecas da Austen de Moretti são tão “mapeáveis” quanto os bairros da Londres (do Dickens do mesmo Moretti), o que dizer da cidade do bombeiro Guy Montag, da Pequim de Boris Vian ou da Gotham da dupla Batman e Robin? Talvez os próprios sítios, e a geografia ela-mesma, não passem afinal de ficções que construímos para dar sentido à nossa existência enquanto seres (cada vez mais) em trânsito, e às quais emprestamos um envolvimento descontínuo e irregular. E que, do mesmo modo, a geografia ela-mesma possa ser não uma, mas várias coisas ao mesmo tempo, como conclui Borges de Figueiredo a propósito “do Camões”:

Elle comprehendia perfeitamente que a geographia não consiste só na enumeração dos paizes e das cidades, na indicação das montanhas e dos rios, nem mesmo das mais recentes informações colhidas sobre o globo; mas que ella é verdadeiramente a reunião de todas as noticias que se possam obter sobre as differentes regiões da terra, sobre sua configuração e seu relevo, ácerca do seu clima, produções e habitantes, em summa, o conjuncto de todos os conhecimentos que fôr possível adquirir sobre estes objectos desde as mais remotas edades; em razão das mudanças e das transformações que de contínuo se estão dando, e das gerações que sem cessar se produzem (Borges de Figueiredo, 1883, p. 52).

O opúsculo de Borges de Figueiredo é um objeto crítico singular, no qual o autor perfaz uma série de exercícios de crítica literária que se encontram firmemente “territorializados” (no sentido mais estrito de inclusão num subcampo disciplinar). Por um lado, ele faz uso de uma veia genética e biográfica em segundo grau que, apesar de raiar a idolatria, é contida a um ponto nãoalgorítmico (não faz, desse modo, meros exercícios de causa e efeito). Por outro, cria

discernir o valor de mercado e a potencialidade mercantil de um conjunto de bens cruciais para a economia global dentro da qual funcionava a lógica imperial.

a ficção filosófica de que a literatura e a geografia possuem contiguidades epistemológicas que lhes outorgam um trânsito mútuo potencialmente irrestrito. Por fim, produz uma série de exercícios de leitura próxima sobre *Os Lusíadas* que permitem, num mesmo movimento, “fixar” o texto e extrapolá-lo, abraçando a história de um século em que a visão (real, metafórica e cartográfica) do mundo se alterou irreversivelmente – provocando, por isso, um impacto epistemológico importante. Do microscópio a partir do qual ele lê o poema épico, pode ver-se o mundo, prenhe de panoramas como nunca antes. Lugares, paisagens, sítios e narrativas (ficionais em maior ou menor grau) parecem ser, no fim de contas, agrupáveis sob uma descrição semelhante enquanto “acontecimentos em movimento”, para recuperar o argumento inicial de Davenport. Serão, quem sabe, de natureza distinta sob alguns pontos de vista, e talvez seja de supor que há sítios mais apropriados do que outros para se levarem a cabo certas tarefas.

Apesar disto, porém, tentativas para “narrativizar paisagens” ou para “mapear romances” podem ser vistas como contributos importantes para o progresso da nossa geografia epistemológica. Os casos de Moretti e de Borges de Figueiredo são, nesse sentido, paradigmáticos. Embora alinhados quanto ao “valor literário” das obras que se propõem mapear (o primeiro se autodispensa de juízos de valor, porque seleciona um conjunto de objetos inquestionavelmente canônicos; o segundo faz do juízo de valor a mola real, e a alavanca, da seriação que leva a cabo), movem-se pelo “horizonte geográfico” de modo algo distinto – uma coisa que talvez se explique pela disparidade instrumental que existe entre as respectivas obras. A desproporção quantitativa, contudo, não produz em rigor diferenças radicais entre os dois: ambos repousam as suas convicções (um, antecipando, intuindo; o outro mastigando, pegando no testemunho) nos argumentos de uma série de praticantes modernos do ofício geográfico, cujo esforço de clarificação do campo incluiu várias instâncias de expansão enérgica de noções com séculos e séculos de existência. Lugar, paisagem, percurso. Conceitos, afinal, feitos de barro: expansíveis, moldáveis, reconduzíveis a um épico nacional e ao século em que ele foi recuperado por um ardente admirador, que era também geógrafo, e que seguramente lera muitos dos romances que, cem anos mais tarde, haveriam de ser transformados em linhas, pontos, bolas e traços pelo irmão de um famoso cineasta.

Referência

BORGES DE FIGUEIREDO, António Cardoso. *A geographia dos Lusíadas de Luís de Camões*. Lisboa: Typographia de Adolpho, Modesto & C^a, 1880.

CRESSWELL, Tim. *Place: A Short Introduction*. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd., 2004.

DAVENPORT, Edward. Why Theorize about Literature? In: HERNADI, Paul (ed.). *What is Literature?* Bloomington & London: Indiana University Press, 1978. p. 35-48.

EMERSON, Ralph Waldo. Nature. In: BODE, Carl; COWLEY, Malcolm (eds.). *The Portable Emerson*. New York: Penguin Books, 1981. p. 7-50.

FISH, Stanley. How to Recognize a Poem when you See One. In: FISH, Stanley. *Is There a Text in This Class?: The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge, Massachusetts & London, England: Harvard University Press, 1982. p. 322-337.

MITCHELL, William John Thomas. *Landscape and Power*. 2. ed. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1994.

MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel—1800-1900*. London, New York: Verso, 1998.

SAUER, Carl Ortwin. Foreword to Historical Geography. In: LEIGHLY, John. *Land and Life: a Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1963. p. 351-379.

SAUER, Carl Ortwin. The Morphology of Landscape. In: LEIGHLY, John. *Land and Life: a Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1963. p. 315-350.

TAVARES DE PINHO, Sebastião. *Decalogia camoniana*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007.

WRIGHT, John K. *Geography in the Making: The American Geographical Society 1851-1951*. New York: The American Geographical Society, 1952.